

COMO CRIAR FILHOS GAYS: O CERCO ÀS CRIANÇAS VIADAS

Eve Kosofsky Sedgwick

Tradução: Jefferson Rocha Leite De Oliveiral

Apresentação e revisão: Vinícios Kabral Ribeiro

APRESENTAÇÃO

Finalmente, 35 anos após sua primeira apresentação, podemos ter acesso, em português, ao curto e provocativo ensaio “How To Bring Your Kids Up Gay2” (1989), de Eve Kosofsky Sedgwick (1950-2009). A estadunidense foi uma influente reverberadora da chamada teoria queer, além de uma ampla contribuidora à crítica literária norte-americana, com ênfase nos estudos de gênero e sexualidade. A receita de “Criar filhos gays” é, na verdade, um doloroso mapeamento de como as crianças, especialmente os meninos afeminados, foram perseguidos, difamados e machucados por sua performance de gênero. Sedgwick enfrenta, justamente, os discursos psicopatologizantes e psiquiatrizantes para demonstrar que a fantasia da heteronorma acalentava o sonho da erradicação homossexual.

O menino afeminado, que optamos por chamar de “criança viada”, é o cupim das arquiteturas normatizantes de gênero e sexualidade. Não por escolha, mas por imposição. “Quem defende a criança queer?” perguntou-nos, posteriormente, Paul Preciado. Poucas pessoas. O que Sedgwick provocava é que, mesmo para adultos gays bem resolvidos, o trauma e a assombração que vivenciamos nos faziam repelir e nos afastar de qualquer discussão que exigisse posicionamento diante da criança viada que fomos.

Em 2020, instigados pela provocação de Preciado, Diego Paleólogo, Dri Azevedo e eu lançamos o dossiê “Tornar-nos Crianças: Auto/etnografias, cuidados e reparações”, pela Revista Brasileira de Estudos da Homocultura - REBEH. Além da chamada habitual para o público em geral, convidamos algumas pessoas afetivamente e academicamente próximas para escreverem e se imaginarem crianças novamente. Não foi surpreendente receber relatos de que tentaram, mas não conseguiram. Que tal gesto despertou pequenas

feras adormecidas e como elas voltaram a morder, sangrar e doer. Para curar as feridas é preciso daquele gesto proposto por Sedgwick em seus escritos posteriores: produzir leituras reparativas.

A leitura reparativa pressupõe que, se não olharmos com amor, ternura e suavidade para os cortes feitos em nosso tecido da vida, não nos moveremos do território da paranoia. Ou seja, é imprescindível um engajamento ético. Mais ainda: aquela capacidade de customização e repertório que Eve observava em seus amigos gays mais próximos. Para criar crianças gays, lésbicas, trans, não cis-heterossexuais, não é preciso mais que um punhado de amor. Talvez lançar mão das certezas e buscar na artesanaria, no artesanal, na tecelagem, as tranças e tramas da vida. Não por acaso, Sedgwick, em seus últimos anos de vida, buscou nas artes com fibras uma forma de lidar com o mundo e com sua dor. Obrigada, madrinha.

Rio de Janeiro, julho de 2024.

No verão de 1989, o Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos lançou um estudo intitulado "Relatório da Força Tarefa do Secretário sobre Suicídio Juvenil". Escrito em resposta à aparente epidemia de suicídios e tentativas de suicídio por parte de crianças e adolescentes nos Estados Unidos, o relatório de 110 páginas continha uma sessão dedicada à análise da situação da juventude gay e lésbica. O relatório concluía que, como "a juventude gay muitas vezes têm de enfrentar ambientes hostis e condenadores, abusos verbais e físicos, além de muitas vezes a rejeição e isolamento da família e de seus pares," jovens gays e lésbicas têm o dobro ou triplo de propensão de que outros jovens para cometerem suicídio. O relatório advoca, ainda que modestamente, pelo "fim da discriminação conta jovens com base em certas características como... orientação sexual."

Em 13 de Outubro de 1989, o Dr. Louis W. Sullivan, Secretário do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos, repudiou esta seção do relatório – impugnando não a sua precisão, mas, aparentemente, a sua mera existência. Em declaração escrita, Sullivan disse que "as opiniões expressas no estudo intitulado 'Suicídio Juvenil de Gays e Lésbicas' não representam minhas convicções pessoais ou a política desse Departamento. Estou fortemente comprometido a avançar com valores familiares tradicionais... Em minha opinião, as opiniões expressas no estudo vão contra essa meta."

Parece que a temporada de caça às crianças-viadas está sempre aberta. Qual professor, que se importe com a sobrevivência e dignidade de seus estudantes, consegue não se impressionar e se horrorizar pelas atípicas, e talvez até impossíveis, responsabilidades que acabam caindo no corpo docente como resultado da homofobia uniformemente “desfrutada” por, por exemplo, professores de primeira e segunda séries do ensino fundamental em escolas públicas – que são sujeitos à dispensa de seus cargos não só se forem “visivelmente gays”, mas também se fizerem qualquer sugestão de que desejos, identidades, culturas, adultos, crianças, ou adolescentes homossexuais têm o direito à expressão e existência.

E onde, nisso tudo, está a psicanálise? Onde estão os “profissionais de Saúde Mental”? Nessa discussão sobre instituições, me proponho a perguntar não só sobre Freud e o possível grande escopo dos “textos-mãe”, mas sobre a psicanálise e a psiquiatria e como elas têm funcionado nos EUA hoje. Estou especialmente interessada em revisionismos da psicanálise incluindo a “psicologia do ego”, e nos influentes desenvolvimentos que seguiram à muita divulgada decisão da Associação Americana de Psiquiatria em 1973 de abandonar os diagnósticos patologizantes sobre homossexualidade do terceiro Manual de Diagnóstico e Estatística (DSM-III). Qual é o destino mais provável das crianças que cresceram sob a influência da psicanálise e psiquiatria hoje, após o DSM III, em questão da ansiedade sobre as suas sexualidades?

A literatura monográfica sobre o assunto é, para início de conversa, até onde eu sei, exclusivamente sobre meninos. Um exemplo representativo dessa teoria psicanalítica revisionista, centrada no ego, é o livro de Richard C. Friedman, *Male Homosexuality: A Contemporary Psychoanalytic Perspective*, publicado pela Yale em 1988 (uma espécie de volume-acompanhante, apesar de escrito por um psiquiatra não-psicanalista, é o livro *The 'Sissy Boy Syndrome' and the Development of Homosexuality* (1987), de Richard Green, também publicado pela Yale). O livro de Friedman, no qual ele explicitamente reconhece sua esposa e filhos, é fortemente marcado pelo seu envolvimento simpático ao movimento despatologizante de 1973. O livro contém várias histórias claramente positivas sobre homens gays e muitos dos relatos foram coletados fora do ambiente terapêutico. Entre elas está a história de “Luke, um comandante militar de 45 anos que viveu a sua vida exclusivamente como um homem homossexual” (152); e Tim, que é “parrudo, forte, e que conseguiria desempenhar trabalho braçal como qualquer outro profissional da área”: “sociável e

amigável,” “um excelente atleta”, Tim era “capitão do time de luta greco-romana no segundo-grau do ginásio e editor do jornal da escola” (206-7). Bob, outro “indivíduo bem-integrado,” “tinha atividade sexuais regulares com alguns parceiros mas nunca tinha visitado um bar ou sauna gay. Não pertencia a nenhuma organização gay. Enquanto adulto, Bob tinha um histórico de emprego estável e produtivo. Ele tinha amizades leais, carinhosas, e duradouras tanto com homens quanto com mulheres” (92-3). À título de comparação, Friedman também traz o exemplo de um homem heterossexual que apresenta o que ele considera uma personalidade altamente integrada, que, por acaso, é um piloto de jatos militares: “Atlético e esguio, com seus vinte-e-tantos anos, ele tinha um estilo imponente típico de um tomador de decisões eficaz” (86).

Há um padrão emergindo? Analistas revisionistas parecem preparados para oferecer aprovação a alguns homens homossexuais, mas, para eles, o homossexual sadio é aquele que (a) já é adulto, e (b) é masculino. Na verdade, Friedman correlaciona, de forma velada, a feminilidade em gays adultos com “patologia de caráter global” e com o que ele chama de “a parte baixa do espectro psicoestrutural” (93). Nos parágrafos obrigatórios do seu livro sobre “a questão de quando o desvio comportamental de uma dada norma deve ser considerado psicopatologia,” Friedman explicita que, embora “conceitos clínicos muitas vezes imprecisos e que reconhecidamente não fazem justiça à rica variabilidade dos comportamento humanos”, um certo conceito-base sobre o que é patologia será observado no estudo dele; e esse conceito-base será definido num lugar muito particular. “A distinção entre não-conformistas e pessoas com psicopatologia normalmente é muito clara na infância. Meninos extremamente e cronicamente afeminados, por exemplo, deverão ser entendidos enquanto pertencentes dessa última categoria” (32-3).

“Por exemplo”, “meninos extremamente e cronicamente afeminados”- esse é o abjeto que assombra a psicanálise revisionista. O mesmo DSM-III, publicado em 1980, que foi o primeiro a não conter um artigo sobre “homossexualismo”, também foi o primeiro a apresentar um novo diagnóstico, numerado (por razões a ver com seguro de saúde) 302.60: “Disfunção Infantil de Identidade de Gênero.” Apesar de ser de gênero neutro nominalmente, essa disfunção se apresenta de forma muito diferente para meninos e meninas: uma menina só ganha esse rótulo patologizante na rara ocasião de ela ser anatomicamente masculina (ex.: “de que ela já tem, ou de que ela vai desenvolver um pênis”); enquanto um menino pode ser tratado por Disfunção Infantil de Identidade de Gênero

por meramente afirmar que “seria melhor se eu não tivesse um pênis” - ou, alternativamente, se ele demonstrar “uma preocupação com atividades estereotipicamente femininas manifestadas por uma preferência por travestismo (*crossdressing*) ou simular trajes femininos, ou por um desejo dominador de querer participar nos jogos e brincadeiras de meninas.” Se, por um lado, a decisão de remover o “homossexualismo” do DSM-III foi altamente polêmica e pública, e conquistada somente após muita pressão de ativistas gays fora do meio psiquiátrico/psicológico, a adição da “Disfunção Infantil de Identidade de Gênero” parece não ter atraído nenhuma atenção do público – e nem parece ter sido percebida como parte da mesma virada conceitual. De fato, o movimento gay oficial nunca foi muito rápido a se atentar às questões das crianças-viadas. Existe uma razão desonrosa para isso e que se mostra nas posições marginais e no estigma que homens gay adultos que são afeminados acabam ocupando dentro do movimento. Talvez um motivo mais compreensível pra isso, que não a efêminofobia, seja a necessidade conceitual do movimento gay de interromper uma longa tradição de ver e entender sexo e gênero como categorias contínuas e entranhadas –uma tradição de se presumir que qualquer um, homem ou mulher, que deseje um homem, tem de, por definição, ser feminino; e que qualquer um, homem ou mulher, que deseje uma mulher, tem de, na mesma moeda, ser masculino. Que uma mulher, como mulher, possa desejar uma outra; ou que um homem, enquanto homem, possa desejar um outro homem: a necessidade indispensável de se fazer essas afirmações poderosas e subversivas, parece requerer, talvez, um certo distanciamento dos elos que unem gays adultos e crianças de gênero-não-conforme. Começar a teorizar gênero e sexualidade como conceitos distintos, mas enquanto dois vetores de análise intimamente entrelaçados, foi, de fato, o maior avanço do pensamento gay e lésbica recente.

Há o perigo, no entanto, de que esse avanço deixe a criança-viada mais uma vez no papel do abjeto-assombração – dessa vez, o abjeto-assombração do próprio pensamento gay. Esse é um pensamento especialmente horripilante se – como muitos estudos lançados de inúmeras perspectivas políticas e teóricas já sugeriram – para qualquer homem gay adulto, onde quer que ele esteja na escala de masculinidade auto-percebida ou socialmente-atribuída (variando da extrema masculinidade à extrema feminilidade), que a probabilidade seja desproporcionalmente alta de ele ter um histórico de auto-percebida efeminidade, feminilidade, ou não-masculinidade na infância. Nesse caso, o eclipse da criança-viada para o discurso do adulto gay representaria mais do que

um buraco teórico danoso; representaria um nó de ódios homofóbicos, ginofóbicos, e pedofóbicos internalizados e feito ponto central da análise gay-afirmativa. A criança-viada viria a funcionar como o segredo aberto de muitos homens gays politizados.

Um dos aspectos mais interessantes – e por “interessante” eu digo “pedagógico” – dos novos desenvolvimentos psicanalíticos é que eles são baseados precisamente no movimento teórico que distingue gênero e sexualidade. É assim que a despatologização de um objeto-escolha sexual atípico pode ser conectada à *nova* patologização de uma identificação de gênero atípica. Integrando a pesquisa gênero-construtivista de, por exemplo, John Money e Robert Stoller, na qual muitos acharam um potencial para usos feministas, esse trabalho posiciona a consolidação dos primórdios de algo chamado Identidade de Gênero de Base – o senso próprio de se entender enquanto homem ou mulher – como um estágio separado de, e até mesmo conceitualmente independente de, qualquer cristalização de fantasia erótica ou despertar do sujeito sexual. A Disfunção Infantil de Identidade de Gênero é vista como uma patologia da Identidade de Gênero de Base (a falha em desenvolver uma Identidade de Gênero que coincide com o sexo biológico): já o objeto-escolha sexual, por outro lado, foi desligado dessa associação com a Identidade de Gênero de Base através de uma série de movimentos narrativos de duas fases que obtiveram razoável abertura de caminhos. Sob a pressão, ironicamente, de ter que mostrar como os gays adultos que ele considera tendo personalidades bem integradas algumas vezes evoluem de crianças que eram vistas como a própria definição de psicopatologia, Friedman destrincha vários estágios de desenvolvimento que muitas vezes foram vistos como rigidamente unitários.

Um sério problema com essa nova forma de distinguir gênero e sexualidade é que, enquanto se desnaturaliza o objeto-escolha sexual, se radicaliza a re-naturalização do gênero. Toda psicologia do ego tende a, em primeiro lugar, estruturar as suas narrativas de desenvolvimento em torno de um cliché não muito dialético de uma *consolidação* progressiva do “eu”/“self”. Colocar um determinante central e precoce de gênero (mesmo que minimamente biologizado) no meio desse processo de consolidação pode significar, essencialmente, que para uma pessoa não-transexual com um pênis, nada nunca pode ser assimilado ao senso de “eu”/“self” por esse processo de consolidação a não ser que seja assimilado enquanto masculinidade. Mesmo para os meninos mais auto-identificados femininos, Friedman usa frases como “senso de masculinidade própria” (245), “competência

masculina” (20), e “auto-avaliação de apropriadamente masculino” (244) enquanto sinônimos de qualquer auto-estima e, finalmente, de senso de “eu”/“self”. Ele descreve o processo interativo que leva à consolidação do ego em um menino:

Meninos se comparam em relação a outros com os quais eles estimam se parecerem. [para Friedman, isso só pode acontecer por homens e outros meninos.] Similaridade em auto-avaliação depende de validação consensual. Os outros têm de concordar que o menino é, e continuará sendo, similar a eles. O menino também tem que enxergar os dois grupos de homens (os seus iguais e os homens mais velhos) como apropriados para idealização. Ele não só tem que ser como eles em certos aspectos, mas também tem que querer ser como eles em outros. Eles, em troca, também devem querer que o menino seja como eles. Inconscientemente, os outros meninos têm que ter a capacidade de se identificar com ele. Esse encaixe natural [!] entre o mundo social dos homens e o mundo interior de um menino é o contraponto específico da fase juvenil da relação pré-ediapiana da criança com a mãe. (237)

O motivo pelo qual as crianças-viadas se tornam gays, de acordo com esse relato, é porque outros homens não os validarem como masculinos. Há uma certa fantasia melancólica persistente nesse livro: “Impossível não pensar como esses [meninos pré-homossexuais] teriam se desenvolvido se os homens que eles tinham por ideais tivessem um senso mais abstrato e flexível de competência masculina” (20). Para Friedman, o aumento da flexibilidade dos tipos de atividades e atributos que *podem* ser processados como masculinos, em estágios de mais maturidade, parece ser a maior causa do fato de tantos meninos com “distúrbio de gênero” (patologicamente femininos) ainda conseguirem se tornarem homens “saudáveis” (masculinos), mesmo após a fase onde a sua sexualidade se diferenciou enquanto gay.

Ou melhor, *quase* que completamente explica isso. Existe um resíduo de mistério que ressurgue em vários pontos do livro, sobre o porquê de tantos homens gays serem tão resilientes – de como eles até mesmo sobrevivem – dada a profunda falta inicial de características “auto-identificadas masculinas” de muitas infâncias proto-gays, e a atrasada e muitas vezes superficial remediação para isso, que vem com a maturidade. Dado “o crônico e virulento estresse [social] [contra homossexuais], os coloca numa posição única no repertório de comportamentos humanos,” como explicar o “fato de que essa morbidade severa e persistente não ocorre mais frequentemente” entre adolescentes gays (205)? Friedman basicamente coloca as mãos para o alto nesses momentos. “Um número de possíveis explicações emergem, mas uma me parece ser a mais possível: a homossexualidade é associada a

algum mecanismo psicológico, não entendido ou estudado até hoje, que protege o indivíduo de diversos distúrbios psiquiátricos” (236). Deve “incluir mecanismos que influenciam a resiliência do ego, potencial de crescimento, e a capacidade de formar relacionamentos íntimos” (205). E “é possível que, por razões ainda não muito bem descritas, os mecanismos [que meninos com distúrbio de gênero] têm para lidar com adversidade e angústia sejam extraordinariamente eficazes” (201).

Estes são espaços enormes a se deixar em branco no que se prontifica a ser um relato do desenvolvimento de crianças proto-gay. Mas dada que a consolidação ego-sintônica de um menino só pode vir na forma da masculinidade, e dada que a masculinidade só pode ser conferida por homens (20), enquanto que a feminilidade, em alguém com um pênis, só pode representar déficit e distúrbio, a explicação que nunca pode ser arrancada é que essas misteriosas habilidades de sobrevivência, filiação, e resistência poderiam derivar de uma segura identificação à riqueza de recursos de uma mãe. Mães, de fato, não têm nada a contribuir nesse processo de validação da masculinidade, e mulheres são reduzidas à um conjunto vazio em frente à luz da urgência desse processo: qualquer envolvimento de uma mulher é muito envolvimento, qualquer proteção é super-proteção, e, por sinal, mães “orgulhosas das qualidades não-violentas de seus filhos” estão sem dúvida manifestando “patologia familiar” (193).

Tanto para Friedman como para Green, na época, a primeira e mais imperativa tarefa de um menino ou de seus pais ou cuidadores é conseguir estabelecer a Identidade de Gênero de Base masculina, como uma base para maior aprofundamento e talvez maiores explorações flexíveis do que significa ser masculino – ex.: para um homem, ser *humano*. Friedman se mostra ambíguo sobre se essa IGB masculina de fato tem algum conteúdo, ou se é quase que uma formalidade, uma diferenciação pré-condicional, que, uma vez firmada, cobre uma gama quase infinita de comportamentos e atitudes. Ele certamente não enxerga uma conexão necessária entre masculinidade e qualquer bode expiatório para homossexualidade masculina; já que a psicologia do ego trata o desenvolvimento da heterossexualidade masculina como não-problemática depois da adolescência, como não envolvendo a supressão de qualquer possibilidade homo ou bisexual (263-7), e portanto completamente não implicada no pânico homossexual (178), parece ser um mero infortúnio, talvez um desentendimento contornável ou acidental que para uma criança proto-gay se identificar “masculinamente” isso talvez envolva a sua identificação com o seu próprio apagamento.

A re-naturalização e reforço do gênero atribuído não é a pior notícia sobre a nova psiquiatria de aceitação gay, no entanto. O pior é que ela não só falha, mas parece ser conceitualmente inapta, a oferecer uma mínima resistência à endemia de desejos vinda da cultura em seu entorno e que a apoia: o desejo de que pessoas gays *não existam*. Há muitas pessoas no mundo em que habitamos, e esses psiquiatras sem dúvida estão entre aqueles que têm um forte interesse no tratamento digno de qualquer pessoa gay que possa já existir. Mas o número de pessoas ou instituições nas quais a existência de pessoas gays é tratada como um desiderato precioso, uma necessária condição de vida, é bem pequena. A assimetria presidida na alocação de valores entre hétero e homo continua sem ser desafiada em lugar algum: conselhos sobre como ajudar os seus filhos, ou mesmo, os seus estudantes, fiéis, clientes de terapia ou seus subordinados militares a serem gays, são bem menos comuns do que você pensa. Por outro lado, o escopo de instituições programadas para prevenir o desenvolvimento de pessoas gays é inimaginavelmente grande. Não há até hoje um maior discurso institucional que ofereça uma firme resistência a essa missão: nos EUA, nesse sentido, a maioria dos lugares públicos/do estado, do exército, da educação, lei, penal, institucional, da igreja, medicina, e cultura de massa reforça isso tudo, mas sem questionar, e com pouca hesitação em recorrer à violência invasiva.

Esses livros, as estratégias e instituições terapêuticas associadas a eles não advogam por violência invasiva. O que eles são é um trem de mentiras esquálidas. A mentira abrangente na obra toda é a do desinteresse dos terapeutas por um resultado terapêutico não-gay. Friedman, por exemplo, especula ansiosamente que – com intervenção terapêutica apropriada – a orientação sexual de um homem gay, a qual ele descreve como muito saudável, pode conceitualmente (não *ter mudado*, mas) “ter se deslocado *por conta própria*” (o grifo em itálico é do Friedman): uma especulação onde ele ingenuamente aponta “não ser um julgamento de valor em relação à orientação sexual” (212). O livro de Green, composto em grande parte por transcrições de entrevistas, é uma série sobre as mentiras que ele contava às crianças sobre as reais motivações dos pais para os trazerem à terapia. (Não era para “evitar que você virasse homossexual,” ele diz para um jovem que foi submetido à modificação-comportamental, “foi porque estava infeliz” (318); mas depois, na mesma página, ele descaradamente confirma ao leitor que “os pais dos garotos que fazem terapia aqui... se preocupam que o comportamento *cross-gender* dos meninos sejam presságios

de problemas com a sexualidade mais tarde.”) Ele encoraja jovens meninos gays a “tranquilizar” os pais e dizer que eles são “bissexuais” (“Digam a eles só o suficiente para que eles se sintam melhor” (207)), e a considerar a favoravelmente a opção de se casar e manter as esposas no escuro no que toca às suas atividades sexuais (205). Ele mente pra si mesmo e pra nós quando ele encoraja pacientes a mentirem pra ele. Numa série de entrevistas com Kyle, por exemplo, o menino que foi sujeito à terapia comportamental, Green conta que ele normalmente se descreve como incomumente retraído – “Eu acho que eu fui muito sensível quando outros caras olham pra mim ou coisa do tipo desde que eu me conheço por gente, sabe? Depois que a minha mãe me contou porque eu tenho que ir pra UCLA porque eles estavam com medo que eu virasse homossexual”(307); dizendo que a homossexualidade:

é bem ruim, e eu não acho que eles têm que estar por perto para influenciar crianças... eu não acho que a sociedade tem que acabar com eles nem nada disso – especialmente em Nova York. Têm aqueles que se interessam por couro e coisas do tipo, eu digo, isso é muito doentio, e eu acho que esses talvez tenham que ser presos (307);

ele contando que ele quer cometer violência contra os homens que olham pra ele (307); e dizendo que se ele tivesse um filho como ele, ele o “levaria pra onde ele tivesse ajuda” (317). A própria imagem de uma auto-aceitação serena, né?

Sumário do Green:

Oponentes de terapia argumentam que a intervenção traz atenção para o “desvio” da criança, a leva a sentir vergonha de si, e a faz suprimir o seu “eu real”. Dados de testes psicológicos não comprovam essa contenção; nem tampouco o conteúdo de entrevistas clínicas. O menino recorda do tratamento favoravelmente. Os críticos endossariam essas intervenções se eles fossem o pai de um menino “feminino”. A razão deles é reduzir conflitos na infância e o estigma social. A terapia com esses meninos parece ter conseguido isso. (319)

Consistente com isso, Green é obscenamente ávido por convencer pais que a raiva e ódio que eles sentem pelos filhos afeminados só é na verdade um desejo de protegê-los das crueldades dos grupos de colegas – mesmo quando os pais nomeiam os próprios sentimentos enquanto raiva e ódio (391-2). Mesmo quando um quarto dos pais de filhos gays se preocupam *tanto* em proteger esses filhos de crueldades sociais que, quando os meninos não conseguem mudar, esses pais preocupados o chutam pro olho da rua! Green pragueja as mães que mostram qualquer nível

de tolerância sobre o comportamento transgênero dos filhos (373-5). Na verdade, a posição de Green, enquanto clínica, parece se alinhar muito mais com o grupo de pares-impositores: em certo ponto ele se refere com aprovação à “terapia, seja ela formal (aplicada por profissionais pagos) ou informal (aplicada por grupos de pares e a sociedade em geral através de provocações e padrões em papéis-sexuais)” (388).

Discretamente fazendo referência em uma página à “intervenção psicológica dirigida ao aumento do conforto das crianças-viadas com ser homem” (259), Friedman fala muito mais candidamente na próxima página:

os direitos dos pais de dirigir o desenvolvimento das crianças é um princípio já há muito estabelecido. Quem pode ditar que pais não tentem criar seus filhos de maneira a maximizar a possibilidade de eles serem heterossexuais? (260)

Quem, de fato? – se nem os membros dessa profissão não conseguem parar de ver a prevenção da existência de pessoas gays como um uso ético de suas habilidades?

Mesmo fora do campo profissional da saúde mental e dentro de discursos mais autênticos de afirmação gay, o espaço teórico para apoiar o desenvolvimento gay é, como eu previamente apontei na introdução de *Espistemologia do Armário*, estreita. Os argumentos construtivistas tendem a não tocar na experiência de crianças gays ou proto-gays. Para pessoas gays, e para as pessoas que amam gays, mesmo que o espaço da maleabilidade cultural seja o único palco possível para efetuar as nossas políticas, cada passo do argumento construtivista sobre natureza/cultura é perigoso: o perigo da dificuldade de intervir na aparente trajetória natural de identificar um lugar de maleabilidade cultural, depois inventar um mandato ético ou terapêutico para manipulação cultural, até chegar à permeante fantasia higienista ocidental de um mundo sem mais nenhum homossexual.

Isso é um grupo de perigos, e também é contra eles, como eu havia argumentado, que entendimentos essencialistas e biologizantes sobre identidade sexual carregam uma certa gravidade. A resistência que parece ser oferecida ao se conceituar um corpo homossexual inalterável, até o impulso de engenharia social aparentemente acumulado em cada uma das ciências humanas do ocidente, podem ser profundamente encorajadoras. Ao mesmo tempo, no entanto, na era pós-moderna, tem sido cada vez mais problemático assumir que ancorar uma identidade na biologia ou “natureza essencial” seja uma forma estável de insular essa identidade das interferências sociais.

No mínimo, a *gestalt* de assunções que suporta os debates de natureza/criação talvez esteja em processo de reversão direta. Cada vez mais se conjectura que um traço em particular seja baseado em genética ou biológica, *não* que seja “puramente cultural,” isso parece engatilhar um estro de fantasias manipulativas nas instituições tecnológicas da cultura. Uma depressão relativa sobre a eficácia das técnicas de engenharia social, uma alta mania sobre o controle biológico: a psicose Cartesiana bipolar que sempre sublinha os debates sobre natureza/criação trocou de atribuição polar sem abrir mão de nem um pingão do controle que tem sobre a vida coletiva. E nesse contexto instável, a dependência de um corpo homossexual especificado a oferecer resistência contra qualquer impulso de erradicação de gays está trêmula e vulnerável. A AIDS, apesar de ser usada todos os dias para proferir à população consumidora de telejornais a visão cristalizada do mundo após o homossexual, nunca poderia trazer esse mundo à realidade sozinha. O que estimula essas fantasias mais perigosamente, porque é mais malicioso, é a apresentação, muitas vezes em contextos ostensivamente ou autenticamente gays, de “explicações” biologizantes para comportamentos desviantes que estão absolutamente revestidos de termos como “excesso”, “deficiência”, ou “desequilíbrio” – se não nos hormônios, então em material genético, ou, como está na moda, no ambiente endócrino fetal. Se alguma vez, em qualquer meio, eu vi qualquer pesquisador ou divulgador se referir mesmo que uma só vez à uma suposta circunstância propícia para produzir gays como sendo um nível hormonal *apropriado*, ou como o ambiente endócrino *condutor*, as brisas dessa confiança tecnológica toda não me fizeram frio. Como as coisas estão, o sonho medicalizado da prevenção de corpos gays parece ser o menos visível, e muito mais respeitável bastidor do sonho público da extirpação gay abastecido pela AIDS.

Nesse equilíbrio instável de assunções entre natureza e cultura, de qualquer forma, debaixo da égide relativamente incontestada e permeante de uma cultura que deseja que gays *não existam*, não há lugar teórico ameaçador que não esteja sob ameaça para abrigar um conceito de origens gay e lésbica. O que os livros que eu vim discutindo, e o que as instituições à que eles estão associados, vêm demonstrar é o que o desejo pelo tratamento digno de pessoas que já são gays está necessariamente destinado a virar ou uma apologia trivalizante, ou, muito pior, uma cumplicidade sedosamente camuflada em opressão – na falta de uma forte, explícita, e *eroticamente investida* afirmação do desejo ou necessidade sentida por muitas pessoas de que existam gays no mundo.

NOTAS

Este ensaio foi originalmente escrito para um painel sobre “psicanálise e homossexualidade” na Associação Moderna de Linguagem, em dezembro de 1989. Muitos desses parágrafos foram adaptados do que virou a introdução do meu livro *Epistemologia do Armário* (Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1990). Jack Cameron me apontou na direção desses textos em específico, Cindy Patton fortificou a minha resistência à eles, e Jonathan Goldberg me ajudou a articular o argumento feito aqui. A motivação para este ensaio, e algumas de suas abordagens, só aconteceram graças a vários outros amigos – em particular, graças a longas conversas durante muito tempo com Michael Moon.

1. Essa informação vem de reportagens do *New York Native*: 23 de Setembro de 1989, pp. 9-10; 13 de Novembro 1989, p.14; 27 de Novembro de 1989, p.7.
2. Um apanhado sobre as abordagens da psicanálise à respeito da homossexualidade masculina particularmente esclarecedor e disponível no livro de Kennet Lewes, *The Psychoanalytic Theory of Male Homosexuality* (New York: Simon & Schuster, 1988; pet. Penguin/NAL/Meridia, 1989).
3. Não significa nada o fato de que todos os homens gays que Friedman admira sempre têm completa discrição e controle sobre o conhecimento de todos em torno de si sobre a sua sexualidade; sem levar em conta se alguém têm as suas próprias intuições a respeito deles serem gays; sem traços de feminilidade física; sem participação visível (física, cultural, ou indumentária) na semiótica ou na comunidade gay. Para gays contemporâneos, essa forma de existência seria impossível; para muitos, lhe pareceria uma forma de vida esfoameadamente empobrecida em termos de cultura, comunidade, e significado.
4. *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (3a edição do DSM) (Washington, D.C.: The American Psychiatric Association, 1980), pp. 265-6.
5. A exceção à essa generalização é Lawrence Mass, que em *Dialogues of a Sexual Revolution, vol.1 “Homosexuality e Sexuality”* (New York: Harrington Park Press, 1990) coletou décadas de entrevistas com psiquiatras e pesquisadores do sexo, originalmente conduzidas e publicadas na imprensa gay. Nessas frequentemente esclarecedoras entrevistas, muitas das perguntas de Mass partiam da premissa de que “A psiquiatria americana está simplesmente engajada num longo e sutil processo de reconceitualização da homossexualidade enquanto uma doença mental com um outro nome – a ‘Disfunção Infantil de Identidade de Gênero’” (p.214).

6. Esse rebaixamento pode estar diminuindo hoje já que, em muitos lugares, políticas “queer” vieram a se sobrepor ou competir com as políticas “gays”. Parte do que eu compreendo ser excitante sobre a retomada da palavra “queer” é que ela abraça, ao invés de repudiar, aquilo que para muitas pessoas foram experiências formativas da infância de diferença e estigmatização.
7. Para descrições dessa literatura, consulte Friedman, pp. 33-48; e Richard Green, “*The Sissy Boy Syndrome and the Development of Homosexuality* (New Haven: Yale University Press, 1987), pp. 370-99. O mais confiável desses estudos sobre a perspectiva da terapia afirmativa gay seria A. P. Bell, M. S. Weinberg, e S. K. Hammersmith, *Sexual Preference: Its Development in Men and Women* (Bloomington: Indiana University Press, 1981), que conclui: “a Não-conformidade de Gênero Infantil acabou sendo muito mais fortemente conectada à homossexualidade adulta que qualquer outra variável nesse estudo”(p. 80).
8. Meio que se vangloriando da sua própria interdisciplinaridade, ele tem um foco em estudos neuro-endocrinológicos recentes que sugerem que estresse pré-natal na mãe pode afetar a estruturação cerebral do feto, de forma que gatilhos hormonais para a criança até o final da adolescência podem ser processados diferentemente. O tratamento dele dessa informação enquanto dado não foi muito responsável (ex.: resultados problemáticos que somente apontam “diferenças hipotéticas” em um capítulo (p.24) foram silenciosamente promovidos à “conhecimentos” positivos dois capítulos depois (p.51)); e nem tampouco imparcial (por exemplo, as condições hipotéticas que conduziriam ao desenvolvimento gay são invariavelmente definidas como *androgenização inadequada* (14), *déficit* (15), etc.). Mas o enamoramento dele por esse modelo tem dois efeitos úteis. Primeiro, ele parece gerar por analogia direta uma série mais aprofundada de narrativas-bifásicas sobre o desenvolvimento psíquico, narrativas que discriminam entre as circunstâncias na qual uma estrutura psíquica particular é *organizada*, e nas quais ela é *ativada*, o que talvez possam habilitar maiores sinuosidades para outros projetos sobre narrativas de desenvolvimento mais pluralistas e gay-inclusivas. (Esse processo analógico é explicitado em 241-5.) E segundo, ajudou em muito à des-totalizar, desmistificar, e a narrativizar de forma reconhecível o senso de ameaça (ou promessa?) que um leitor possa inferir de uma suposta visão neurobiológica do corpo de um homem gay (adulto).

[1] Mestre em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro

[2] Agradecemos à Duke University Press. Eve Kosofsky Sedgwick, “How to Bring Your Kids Up Gay: The War on Effeminate Boys,” in *Tendencies*, pp. 154-164. Copyright 1993, Duke University Press. All rights reserved. Republished by permission of the copyright holder, and the Publisher. www.dukeupress.edu. DUP reference: DUP-RP-5450